

DA MEMÓRIA À HISTÓRIA: AS POLÍTICAS DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO DURANTE A DITADURA MILITAR PROBLEMATIZADAS A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL

Cristiani Bereta da Silva¹, Juliano Cabral²

¹ Orientadora, Departamento de História da FAEd-UDESC- cristianibereta@gmail.com.

² Acadêmico do Curso de História da FAED/UDESC, bolsista PIBIC/CNPq

Palavras-chave: Nacionalização do ensino, Ditadura militar, História Oral.

Desenvolver uma nação que ame a sua pátria mãe e possua uma forte identidade nacional não é algo simples ou que se faça de um dia para o outro; são necessárias medidas estratégicas e tempo considerável para colocá-las em prática. Não diferentemente do que fizera Getúlio Vargas no decorrer de seus anos enquanto governante, os militares durante a ditadura no Brasil aplicaram políticas de nacionalização do ensino em escolas espalhadas por todo o país. Há nesta atitude grande obviedade: os alunos eram crianças ainda em período de formação da identidade, sendo nesta condição alvos perfeitos para instituir um ideal fortemente nacionalista e que, pelo intuito por parte dos militares de formar indivíduos que enxergassem o governo como a representação da pátria, esperavam que o aclamassem e aceitassem as condições impostas pelo mesmo. A disciplina de história possuía um papel importantíssimo para a realização de tais planos. Afinal, o processo de nacionalização era realizado a partir da rememoração de fatos “gloriosos” ocorridos ao longo da história do Brasil, com o objetivo de instigar os alunos à desenvolverem grande afeto pela nacionalidade brasileira; um dos vários artifícios utilizados para tal, por exemplo, era a transformação de figuras históricas em heróis nacionais (como D. Pedro II, Getúlio Vargas e principalmente Tiradentes). Outras disciplinas foram igualmente importantes – sendo aqui destacadas as de Moral e Cívica e Música. A primeira tinha o intuito de mostrar como o cidadão ideal deveria se portar, atingindo diretamente a formação do caráter das crianças. A segunda manifestava-se na figura dos chamados “orfeões”, os corais de escola, e possuía uma interessante ligação com os objetivos da disciplina de Moral e Cívica. A partir da característica regrada, harmônica e ordenada do canto orfeônico, fazia-se a busca pela demonstração implícita de como o cidadão brasileiro deveria se portar – de forma igualmente regrada, harmônica e com respeito à ordem. Estas políticas afetavam não só o desenvolvimento das ideias dos alunos acerca da nação; atingiam também a forma de se pensar a história e, com isso, a criticidade das crianças com relação ao contexto em que viviam. Diante disso, este artigo possui como objetivo analisar historicamente e assim problematizar a entrevista de Maria das Graças Machado Mourkazel, que fora aluna durante o período da ditadura militar e relatou sobre as metodologias, as aulas, os professores e as disciplinas afetadas pelas políticas de nacionalização do ensino da época, buscando entender a partir das falas da entrevistada como se davam e quais eram os intuítos –



por vezes implícitos em pequenos detalhes – do governo da época com a aplicação destas políticas. Uma entrevista, como ressaltado no trabalho, é *história oral*, estando carregada de *memória*. Então, fiz uso dos conceitos de história oral de Verena Alberti (2008) e de memória de Jacques LeGoff (1990), ambos historiadores, com adendos das ideologias de David Lowenthal (1998). O artigo demonstra também como a memória se relaciona com a história e como afeta os relatos de Maria das Graças. Com relação às consequências do ensino de história na formação dos alunos, que era lecionado de forma inflexível e fora até mesmo retirado do currículo para dar lugar à disciplina de Estudos Sociais, abordei o conceito de consciência histórica do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2001). O trabalho ainda conta com reflexões de autores como Katia Abud (1995), Marcelo Téó (2007) e José Murilo de Carvalho (1990).